

## Artigos

# Uma nova ordem e a ascensão de uma agenda política com aspectos do autoritarismo, do neofascismo e do estado de exceção: entre o velho e o novo

A new order and the rise of a political agenda with aspects of authoritarianism, neofascism, and the state of exception: between old and new

Carlos Wender Sousa Silva<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

## RESUMO

Os jogos de poder, a instabilidade política e econômica, as relações humanas que advêm desses espaços e disputas sempre foram referenciais à produção literária. Este artigo se vale então do romance *A nova ordem* (2019), de B. Kucinski, para discutir a atual conjuntura sociopolítica brasileira. No romance e na atualidade, as forças políticas, econômicas e religiosas reacionárias têm se levantado contra os fundamentos e princípios do Estado democrático de direito. Esses grupos reacionários buscam reestruturar o Estado por meio de sistemáticas violações aos princípios fundamentais do paradigma do Estado democrático contemporâneo: liberdade, igualdade e dignidade humana. Diante desse cenário, o romance de Kucinski pode contribuir na compreensão das transformações dos movimentos autoritários e populistas face às novas agendas sociais, políticas e culturais. Meu objetivo é, portanto, avaliar de que maneira os velhos instrumentos do autoritarismo têm se reapropriado dos novos paradigmas institucionais e explorar algumas possibilidades de apreensão pela literatura.

**Palavras-chave:** Literatura; Autoritarismo; Populismo; Democracia; Distopia

## ABSTRACT

Power games, political and economic instability, and the human relations that arise from these spaces and disputes have always been reference points for literary production. This article thus draws on the novel *A Nova Ordem* (2019), by B. Kucinski, to discuss the current Brazilian sociopolitical situation. In the novel and in the present reality, reactionary political, economic, and religious forces have risen against the foundations and principles of the democratic rule of law. These reactionary groups seek to restructure the state through systematic violations of the fundamental principles

of the contemporary democratic state paradigm: freedom, equality, and human dignity. Given this scenario, Kucinski's novel can contribute to understanding the transformations of authoritarian and populist movements in the face of new social, political, and cultural agendas. Therefore, my goal is to assess how the old instruments of authoritarianism have reappropriated new institutional paradigms and to explore possibilities of interpretation through literature.

**Keywords:** Literature; Authoritarianism; Populism; Democracy; Dystopia

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo se insere nos estudos da ascensão do autoritarismo e do populismo em algumas democracias liberais pelo mundo nos últimos anos. A ideia é analisar de que forma correntes autoritárias e antidemocráticas têm restabelecido seu projeto de poder nas raízes de democracias como o Brasil. O romance *A nova ordem*, de B. Kucinski, publicado em 2019, pode nos ajudar a pensar o cenário sociopolítico brasileiro atual e suas possibilidades. Um dos objetivos deste trabalho é então compreender de que forma movimentos políticos e ideológicos contrários aos princípios do Estado democrático de direito se firmam – no romance e na realidade. Nesse sentido, a partir de uma narrativa literária contemporânea, procuro construir algumas reflexões em torno de aspectos do autoritarismo, do fascismo (ECO, 2010) e do estado de exceção presentes na nossa sociedade.

Algumas questões vão me orientar neste trabalho. Por exemplo, como tem sido construído esse movimento crescente populista e autoritário pelo mundo afora na contemporaneidade? De quais aspectos do passado autoritário, fascista e totalitário de muitos países ao longo do século XX esse movimento atual tem se apropriado para atribuir novos e velhos sentidos? Como esses sentidos têm sido ressignificados no presente mediante os interesses econômicos e políticos das forças dominantes hoje? E como tem reagido a produção literária, especialmente a literatura brasileira contemporânea, diante desse cenário imposto a todas e todos nós (SILVA, 2021)? Ao longo deste artigo, procuro explicar esses fenômenos e responder, ou pelo menos indicar a necessidade de aprofundamento do debate,

a esses e outros aspectos da representação literária da ascensão de forças antidemocráticas no tempo presente, discutindo, por exemplo, que, mesmo nas democracias liberais, as instituições que compõem esse regime de governo e essa comunidade política impõem certos limites à liberdade de seus cidadãos.

## 2 A LITERATURA: UM SINTOMA SOCIAL

O Estado democrático de direito brasileiro, consolidado na Constituição de 1988, instituiu como fundamentos e princípios a cidadania, a dignidade humana e o pluralismo político, além da separação dos poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e o respeito aos direitos e garantias fundamentais. Significa dizer que o Estado democrático de direito só é efetivado se houver atendimento a esses fundamentos e a garantia do cumprimento dos direitos e deveres individuais e coletivos – previstos no art. 5º da Constituição –, tais como direito à liberdade, à igualdade, liberdade de expressão, devido processo legal, acesso à justiça, direitos sociais – como direito ao trabalho, à educação, à saúde, à moradia, etc. Incluídos ainda direitos políticos e garantias fundamentais como *habeas corpus* e ação popular. Essa é a base de consolidação do Estado democrático contemporâneo, na qual as instituições e seus cidadãos devem se firmar. Todavia, há no Brasil, mais detidamente após as Jornadas de Junho de 2013, uma retomada significativa de agendas antidemocráticas e reacionárias, bem como as articulações de movimentos sociais extremistas têm incorporado características do autoritarismo, do fundamentalismo religioso e do neofascismo.

Esses grupos reacionários defendem projetos de governo e de sociedade que não se inspiram naqueles princípios fixados acima nem apresentam uma agenda de políticas públicas orientada pelas bases do Estado democrático contemporâneo. Eles são, antes, porta-vozes de discursos de ódio, de negacionismo histórico e científico, de perseguição político-partidária, de promoção de *fake news*, e, mais recentemente, reconhecidos por articular manobras no âmbito da agenda política

para implementar tentativas de golpe de Estado, apoiados por alguns grupos sociais que se veem insatisfeitos e não representados pelas elites políticas tradicionais. Na América Latina, os últimos anos nos mostraram que essa não é uma particularidade brasileira. Houve golpe de Estado na Bolívia; no Chile, o governo declarou estado de emergência; no Equador, estado de exceção; na Venezuela, sucessivos questionamentos à legitimidade de Nicolás Maduro, impasse e violência; no Peru, dissolução do Congresso e suspensão do mandato do presidente; ameaça de *impeachment* no Paraguai. Dentre outras ações institucionais de instabilidade que se seguiram. No Brasil, os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 são o evento central que testou nossas instituições e a capacidade de resistência do Estado de direito.

Face a esse cenário, procuro apontar então aspectos do autoritarismo, do fascismo e do estado de exceção mais ou menos comuns a todos esses países, além de discutir e refletir algumas especificidades dessa guinada autoritária no Brasil, especialmente por que nosso país é marcado por desigualdades sociais e econômicas estruturais, bem como por ter nos espaços de poder diversos representantes com raízes no patriarcalismo, no imperialismo e no longo processo histórico escravagista. Nesse sentido, o romance *A nova ordem* (2019) é importante porque é uma narrativa que consegue captar esse movimento de ascensão das forças antidemocráticas e reacionárias nos espaços de representação política e social, trazendo-o para o âmbito da representação literária. A construção das personagens e da narrativa indica que a conjuntura política brasileira é o elemento referencial dessa produção literária, como sugerem os usos de recursos estéticos e estilísticos na obra, bem como em razão do próprio desenvolver da narrativa que nos leva ao encontro de inúmeros elementos comuns aos da realidade brasileira. O romance se desenvolve em torno de um grupo que está no poder e não tem qualquer comprometimento com a agenda política do Estado democrático de direito. Na narrativa, o regime de exceção representado governa através de decretos-lei que são apresentados em notas de rodapé ao longo do texto literário. A violência institucional, o autoritarismo,

a perseguição a diferentes grupos da sociedade e a restrição à liberdade e a outros direitos fundamentais são manipulados através desses decretos com força de lei.

Essa narrativa produz uma caricatura do cenário sociopolítico brasileiro dos últimos anos. A caricatura, a comicidade, presentes no romance de B. Kucinski, são recursos usados tanto para reforçar o absurdo das medidas políticas ali tomadas quanto para dar alguma visibilidade para aquelas que acompanhamos na nossa realidade. O aspecto cômico promove ainda um debate em torno do papel da literatura diante de uma conjuntura como essa que se apresenta. Na medida em que esse excesso de realidade adentra a obra literária por meio do uso de ironias, sarcasmos e deboches, a própria literatura firma uma posição relevante contrária a essa realidade. A denúncia, a redução desse fenômeno ao ridículo, a ênfase sobre a insignificância humana e ética dos atores e grupos autoritários consolidam, em alguma medida, um espaço de disputa discursiva e interpretativa no qual a literatura também pode se introduzir. O texto literário também pode, portanto, exercer esse papel de denúncia dessa agenda política – esse projeto de poder – e se estabelecer como um marco diante do arbítrio e da barbárie. Se os promotores do autoritarismo, do totalitarismo e da violência se levantam contra a coletividade, a literatura mostra aqui que ela pode se valer do seu espaço de intervenção cultural-discursivo para expor esses sintomas presentes na nossa sociedade, incomodando, não deixando esquecer a ilegitimidade das forças obscurantistas que se levantam contra um projeto democrático que se conquistou em meio a muita luta. Os aspectos caricatos e cômicos na narrativa se traduzem em grande medida através da irracionalidade e da inumanidade que orientam as relações humanas – sociais e políticas – fixadas no romance e também na nossa conjuntura.

Cada decreto-lei, por exemplo, denuncia as intenções e os interesses do regime instaurado, suas motivações particulares de reestruturar os papéis social, político e econômico de cada indivíduo. Esse regime se sobrepõe às relações públicas e privadas, ele determina o que se pode ou não fazer, o que se deve ou não seguir, em cada âmbito das vidas coletiva e individual. A vida torna-se programática em

torno desse projeto totalitário que se consolida no cotidiano. No romance, entre privatizações e entrega dos recursos naturais do país, as relações econômicas e políticas são normatizadas por meio do que se chamou ECONEC – “Economia – Neoliberal – Coercitiva”, implantada por um Édito da Nova Ordem que extinguiu ministérios como o do Planejamento, de Minas e Energia e da Indústria e Comércio, além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o sistema – Senai, Senac, Sebrae e Sesc –, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as agências reguladoras.

São diversas as medidas de exceção. O governo da Nova Ordem também tem, por exemplo, um Édito específico para censurar e proibir a circulação e a produção de livros não aprovados pelo regime. Angelino é o personagem que com sua carroça leva o monte de livros diariamente para serem jogados numa caçamba. Ele que tinha sido engenheiro, tornou-se catador no tempo presente da narrativa. O personagem relata que às vezes o dinheiro não dá nem para o prato feito, a pinga e o café da manhã. Em diversas situações, ele conta com a ajuda e a solidariedade do pessoal do bairro. O personagem reclama da escassez de papelão nos lixos. O fechamento das metalúrgicas e, conseqüentemente, a ausência de produção de eletroeletrônicos de primeiras necessidades como fogão, geladeira e ventilador é uma das causas dessa escassez. As cooperativas também estavam fechadas por força de um Édito. O personagem mantém uma relação tanto afetiva quanto intelectual com os livros que recolhe, mesmo nessas circunstâncias extremas. “E assim, filosofando sobre o extermínio dos livros, Angelino arrasta a carreta rumo ao depósito” (KUCINSKI, 2019, p. 24). Ele se questiona, por exemplo, quanto ao fato de os livros serem vendidos para a reciclagem por peso, como o papelão e o jornal, ou seja, o livro tem sua função reduzida a lixo, àquilo que não tem valor e nunca serviu como expressão da produção intelectual, artística e científica humana. Para o neoliberalismo que influencia a dinâmica do regime de exceção presente na narrativa, o que importa é o que tem valor econômico evidente e imediato. Angelino chega, portanto, à conclusão de que a miséria de um povo se mede pelo lixo. Significa pressupor que reduzir um livro a lixo

é tornar nossos ideais, nossas produções, nossas lutas e conquistas e nossos projetos de futuro a algo ínfimo, secundário e mesmo irrelevante.

Na narrativa, é instaurada uma agenda política que atua em prol do controle dos corpos e das mentes dos cidadãos dessa comunidade. Esse controle se dá através de diversas formas de censura, de repressão e de silenciamento impostos pelo regime autoritário, práticas que são institucionalizadas e ressignificadas no presente. Isso é importante na medida em que ajuda a demonstrar como as novas formas de autoritarismo se atualizam a partir das velhas práticas de arbítrio e de violência. Na ditadura militar brasileira, por exemplo, um opositor ao regime era perseguido, torturado, preso e, em muitos casos, assassinado. Essas foram práticas institucionalizadas pelo Estado. Nos últimos anos, no Brasil, especialmente durante o surgimento e a consolidação do bolsonarismo radical, não houve medidas contundentes e diretas dos recursos institucionais no sentido de defender o fechamento do Congresso, a sobreposição do Executivo e dos militares sobre os Poderes Legislativo e Judiciário ou outras ações que viabilizassem o projeto de poder autoritário liderado por Jair Bolsonaro. Seja por que o bolsonarismo não conseguiu apoio suficiente para impor um regime de exceção por dentro das instituições, seja por que os condicionantes históricos e políticos são outros. Esse grupo político retoma esse movimento ditatorial de 1964 num âmbito imaginário e nostálgico, mas capaz de mobilizar seguidores e resultar em ações como a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Nesse caso, houve, portanto, uma transferência indireta da conduta de tentar um golpe de Estado a um suposto apelo coletivo alimentado pelas tendências populistas e reacionárias das quais Bolsonaro se valeu ao longo de todo seu governo.

Além disso, vale lembrar que o governo Bolsonaro foi marcado por um forte controle daquilo que estava no âmbito do Poder Executivo. Para isso, ele militarizou e controlou os ministérios, perseguiu e transferiu para outros setores servidores públicos, cortou investimentos em educação e implementou diversas tentativas de desmonte da universidade pública, também controlou institutos e

autarquias responsáveis por estabelecerem parâmetros de preservação ambiental, de responsabilidade social e ética e de promoção cultural e artística. Foram várias as ações de instrumentalização da máquina estatal e pública. Além de se servir de seus apoiadores e das milícias digitais para hostilizar a imprensa, os opositores políticos e qualquer cidadão crítico ao governo. Se valeu desses instrumentos de poder para deslegitimar o Poder Judiciário e suas decisões. Bolsonaro se revelou, assim, o resultado de um passado autoritário inacabado, que conquistou importante espaço de representação no país, hoje reconhecido como uma liderança política.

O tipo autoritário, indicado por Horkheimer já no prefácio do livro *The Authoritarian Personality* (1950), é um sujeito que reúne habilidades da sociedade industrializada e ideais – crenças – irracionais. Essas habilidades são construídas através da experiência dual de cada indivíduo, que se vê confrontado por elementos como apreço pela sua individualidade e receio de se diferenciar do padrão hegemônico, busca de sua independência e certa clivagem para se apegar acriticamente à autoridade, a mitos e estruturas de poder. É nessa zona que discursos como o de Bolsonaro parecem se consolidar. *The Authoritarian Personality*, organizado pela Editora Unesp e traduzido como *Estudos sobre a personalidade autoritária* (2019), é uma tentativa de Adorno e outros estudiosos de desenhar o perfil de uma potencial personalidade antidemocrática nas pessoas, nos anos 1940, a partir de metodologias próprias da psicologia, no contexto seguinte à ascensão e à derrota do nazismo. O livro é constituído a partir de estudos sobre o que Horkheimer nomeou como “antissemitismo social”, considerado muito mais amplo nos Estados Unidos do que na Europa, segundo o pensador. O instituto de Horkheimer propôs amplas pesquisas em torno da temática e buscava-se demonstrar que “o antissemitismo compõe um padrão de comportamento antidemocrático” (COSTA, 2019, p. 19). É a perspectiva de outro campo, para além do sociológico e histórico, que também ajuda a entender a ascensão de tipos autoritários como Bolsonaro e Trump.

As ações de Bolsonaro e seus discursos são também características do autoritarismo do século XXI. Estão contaminadas também pela própria sobreposição

do sistema econômico neoliberal sobre os demais âmbitos da vida – social, cultural, afetivo, etc. –, revelando a incapacidade, mas insistente efetividade desse sistema em gerenciar a totalidade das nossas relações. Esse controle imposto pelo neoliberalismo serve aos interesses de um grupo muito pequeno e privilegiado. Michel Foucault (2008), destacadamente nos estudos realizados durante os anos 1970, iniciados com *A ordem do discurso* (1971), foi um dos precursores dessa linha de pensamento que estuda as aproximações entre autoritarismo e neoliberalismo, ao ministrar o curso *O nascimento da biopolítica* (1978-1979), no *Collège de France*. A obra *Nascimento da biopolítica* (2008) é resultado desse trabalho realizado no final da década de 1970. Foucault argumenta que o governo passa a se preocupar não somente com o território, mas igualmente com a necessidade de organizar e gerenciar a vida da população. Significa dizer que liberalismo e neoliberalismo passam a ser introduzidos nas estruturas do Estado como práticas de governo. Esses estudos são fundamentais para pensarmos como a biopolítica operacionaliza diferentes sistemas de controle nas sociedades contemporâneas.

Na década de 1980, Foucault desenvolve formalmente conceitos como o de subjetividade e hermenêutica do sujeito. Em *Nascimento da biopolítica* (2008), ele analisa as diversas organizações do neoliberalismo após a Segunda Guerra Mundial. Foucault assinala que, por um lado, se estabeleceu uma “razão do Estado”, que visava criar condições possíveis de vivência coletiva, através da governamentalidade e da regulação de áreas como saúde pública ou natalidade. Mas, por outro lado, o liberalismo parte do pressuposto de que sempre há uma interferência excessiva estatal nas possibilidades dos seres humanos de estabelecerem suas relações econômicas e sociais. O liberalismo aqui é entendido “como princípio e método de racionalização do exercício do governo – racionalização que obedece, e é essa a sua especificidade, à regra interna da economia máxima” (FOUCAULT, 2008, p. 432). Essa concepção liberal não parte do entendimento de que o Estado é responsável por regular certas relações humanas como a atividade econômica, parte, antes, da sociedade, como se os membros dessa devessem por si só responderem às diferentes

demandas econômicas, sociais e políticas. O liberalismo estaria, assim, buscando a todo tempo limitar os excessos de governamentalidade. Num curso anterior ao *O nascimento da biopolítica* (1978-1979), que foi *Segurança, Território, População* (1978), Foucault discute as problemáticas da governamentalidade ao se voltar para a análise dos mecanismos de poder que recaem sobre a ação de outros e as próprias relações de poder como causa e efeito de um tensionamento entre forças distintas. Foucault havia apontado, portanto, que a razão do Estado na modernidade é a nova governamentalidade. Essa aproximação entre governamentalidade e os princípios que orientam a política liberal e neoliberal subsidia leituras das atuais formas de dominação e de controle promovidas por dentro das estruturas institucionais e públicas. Michel Foucault (2008) reconhece então o neoliberalismo como uma forma mais ampla de dominação dos diversos seguimentos da vida humana.

Esse controle excessivo da experiência humana, individual ou compartilhada, potencializa e expande os limites do biopoder, que nada mais é do que a manifestação desse controle. O conceito de biopolítica é posteriormente elaborado por Giorgio Agamben (2004), pesquisador que tomou como referencial as democracias contemporâneas. É importante avaliar em que medida esse conceito nos ajuda a compreender a estrutura sociopolítica no romance *A nova ordem* e no presente. Conforme indiquei acima, a irracionalidade e as práticas humanas contraditórias parecem ser elementos comuns a regimes autoritários. Essa irracionalidade procura justificar a todo custo os mecanismos de opressão e de silenciamento impostos sobre o corpo social – a coletividade. A novidade em democracias como a brasileira é que essa força antidemocrática presente no âmbito institucional-sistêmico – ou esse excesso de governamentalidade – age contra esse corpo social e em prol dos interesses neoliberais. O próprio Foucault (2008) já havia comentado no papel do *homo oeconomicus*, ou seja, o indivíduo que deixa de lado sua atuação como cidadão e vida humana imbuída em toda uma complexidade para se colocar unicamente como sujeito econômico. Consequentemente, ele tem seu papel social reduzido aos

interesses do capital – ou desse mercado. Outro elemento importante à manutenção do controle desse corpo coletivo é a capacidade de formação e de manipulação da opinião pública, uma vez que é através da alienação e da imposição de limites às possibilidades interpretativas e à consciência da coletividade que esse mesmo corpo passa a seguir parâmetros pré-estabelecidos como verdades absolutas.

A globalização é outro aspecto fundamental para o sucesso dessas formas de dominação autocráticas e neoliberais, uma vez que esse sistema se vende como o modelo fundamental às nossas relações sociais, engendrando-se nas organizações econômica, política, social e psicológica de cada comunidade. Agamben produziu estudos importantes que nos ajudam a compreender essas formas de dominação através de conceitos como o de *homo sacer*, poder soberano, vida nua, estado de exceção e campo de concentração. O *homo sacer* (AGAMBEN, 2007), por exemplo, era uma figura ambígua na sociedade romana: um ser considerado sagrado, mas que, paradoxalmente, não era protegido pelo Estado. É um conceito-chave para pensarmos a atualidade, pois representa, hoje, os mecanismos de dominação sobre o corpo do outro. A soberania seria, portanto, responsável por modelar esse *homo sacer*. Além disso, o poder soberano se legitima através do exercício de outros diversos micropoderes nas raízes dos diferentes contextos sociais. Há, então, esse trânsito da dominação no nível micro para a dominação no nível macro. Quer dizer, há a realização de expectativas estabelecidas por esse poder soberano na medida em que os participantes no âmbito dos micropoderes também cumprem seus papéis sociais pré-determinados pelas agendas institucionais de exercício e de distribuição do poder. A vida nua, exposta à morte, à violência esvaziada de sentido e de poder é a tradução do próprio *homo sacer*. Ele é esse elemento reduzido a nada, quantificado de acordo com os parâmetros dominantes. Ele é descartável e pode ser facilmente apagado quando não mais serve aos interesses do sistema econômico e político vigente. Tem vida útil fixada e prazo de validade. O poder soberano autocrático e neoliberal se constitui sobre esses fundamentos.

Outro elemento fundamental para pensarmos a relação entre texto ficcional e realidade é a concepção de estado de exceção elaborada também por Agamben (2004). Ele procura analisar as aberturas que existem nas constituições contemporâneas que possibilitam a construção de narrativas a favor da suspensão do Estado de direito e do exercício da democracia. O estado de sítio ou estado de guerra, para o filósofo italiano, são aberturas desse tipo que permitem ao chefe do Executivo suspender as garantias constitucionais a qualquer momento. Agamben (2004) também constrói um contundente argumento crítico contra o irracionalismo do capital globalizado e contra as diferentes manifestações de violência possíveis advindas do modelo neoliberal de sociedade. A biopolítica, na década de 1990, se tornou uma ferramenta analítica central para compreender essas formas de violência na contemporaneidade. É nesse período que Giorgio Agamben fez atualizações em torno de conceitos como o de biopolítica. Uma dessas importantes releituras é a de que o filósofo não se limitou a dicotomias como esquerda/direita, ele buscou, ao contrário, ir além das limitações impostas por essas leituras mais dualistas. Numa atualização de Hannah Arendt, por exemplo, ele afirma que

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. [...] O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Isso quer dizer que a suspensão da constituição e, conseqüentemente, das normas constitucionais que protegem as liberdades individuais, através da declaração de estado de sítio, por exemplo, seria, na atualidade, o que chamamos de estado de exceção. Trata-se de uma previsão de suspensão de garantias dentro do próprio Estado de direito. “A expressão “plenos poderes” (*pleins pouvoirs*), com que, às vezes, se caracteriza o estado

de exceção, se refere à ampliação dos poderes governamentais e, particularmente, à atribuição ao executivo do poder de promulgar decretos com força de lei” (AGAMBEN, 2004, p. 17). O ponto central aqui é compreender que, nesse caso, tem-se sempre uma abertura em que, a depender das circunstâncias sociais, há um risco considerável de passagem da exceção constitucional provisória e limitada à exceção permanente e ilimitada, portanto, a um Estado autoritário institucionalizado continuamente.

É justamente esse modelo de sociedade que presenciamos no regime instaurado em *A nova ordem* (2019), de B. Kucinski. Nesse romance, o governo autoritário organiza todas as relações humanas através de cada Édito – decreto-lei. Na narrativa literária, o regime de exceção modifica as estruturas social, política e econômica de acordo com os interesses antidemocráticos dos grupos dominantes. Por exemplo, por força de um Édito, o grupo político de exceção extingue e restringe disciplinas das universidades, interrompe programas de acesso à universidade, proíbe a produção, a venda e a circulação de livros contrários à ideologia do governo autoritário, dentre outras medidas. A violência também adentra os diferentes âmbitos da vida humana. Ela é institucional, física, moral e simbólica. Exemplo disso é que, já no início do romance, vários professores universitários são levados para um local de exclusão destinado pelo regime. Lá, pouco a pouco, os professores são amontoados. Entre eles, se discute história e política. Vão se somando catedráticos de diversas áreas, como geneticistas, neurocirurgiões, críticos literários e profissionais do direito constitucional. Num dado momento, surge um coronel e outros militares que anunciam que as universidades federais não existem mais, colocam os professores alinhados e os assassinam. O relato do assassinato de professores universitários é um recurso metafórico que sai dos limites ficcionais da narrativa para adentrar à nossa realidade e denunciá-la. Esse assassinato propõe uma reflexão, no presente, a respeito do desmonte da universidade pública, do cerceamento à produção científica e tecnológica, da tentativa de silenciar e amordaçar professores, estudantes, linhas de pesquisa e qualquer produção de conhecimento que as agendas antidemocráticas e reacionárias considerem suas inimigas ou irrelevantes.

*A nova ordem* denuncia ainda as raízes autoritárias – ditatoriais –, escravagistas e neoliberais predatórias fincadas na prática e na ideologia de muitos dos atores políticos do presente. Esse romance lança luz sobre um passado mal resolvido, expõe o desprezo de camadas da nossa sociedade antidemocráticas e reacionárias que não têm qualquer compromisso com princípios do Estado democrático de direito. Aqui, visualizo uma transição complexa e sutil entre um pseudodemocrático e um fascista que, no Brasil, pode atravessar a constituição dos indivíduos em diferentes graus psicossociais de maior ou menor aceitabilidade e convivência com a democracia, a pluralidade e a diferença. Pseudodemocráticos têm opiniões e valores antidemocráticos que aparecem muitas vezes de forma implícita. O fascista, ao contrário, externaliza o seu ódio, seu desejo de aniquilamento de minorias, de valores como o de igualdade e da própria democracia. Ele se orienta não a partir de expectativas racionais, mas por meio de um princípio de prazer, “um tipo de alienação do eu que produz cinismo” (COSTA, 2019, p. 66). Na realidade brasileira, esse aspecto é relevante na medida em que a construção coletiva de Estado, nação, Constituição, democracia, Estado de direito, direitos fundamentais, entre outros, são forjados a partir dos tensionamentos entre esses diversos graus psicossociais introduzidos no tecido social brasileiro. Por isso mesmo, compreender categorias como soberania e Estado democrático de direito é essencial para uma leitura dos atuais movimentos antidemocráticos, fundamentalistas e reacionários.

Para Achille Mbembe (2018), por exemplo, o fundamento da soberania é escolher quem vive e quem morre. “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (MBEMBE, 2018, p. 5). O autor retoma a ideia central de biopoder de Michel Foucault. Mbembe volta sua análise sobre as formas de soberania para o que ele chama de “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, pp. 10-11), se afastando de uma leitura normativa da política que coloca o conceito de razão como o elemento central do projeto de soberania na modernidade. Isso porque tal projeto pressupõe cidadãos livres e iguais, “capazes

de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação” (MBEMBE, 2018, p. 9) para formarem um corpo – povo – que produzirá normas gerais. “Em vez de considerar a razão a verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte” (MBEMBE, 2018, p. 11). A tese central de Achille Mbembe é a de que “a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71). Ele constrói, então, as noções de necropolítica e de necropoder para se referir às formas contemporâneas de destruição e de extermínio de populações. Os campos de concentração são o ápice do estado de exceção para Agamben, espaços de institucionalização da barbárie e do extermínio através da tortura e do assassinato de minorias e de opositores de um regime. No presente, prisões, manicômios, favelas e atos de intolerância e de perseguição religiosa podem ser pensados como formas mais atualizadas desses campos de concentração, na medida em que se constituem em meio a espaços soberanos de legitimação das diversas manifestações de violência institucional e paraestatal e de múltiplas formas de abuso de poder e práticas arbitrárias. Nesse sentido, *A nova ordem* (2019) também é relevante porque se volta para essas políticas do exercício da necropolítica e do necropoder.

### **3 O IDEAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO CONTEMPORÂNEO COMO UTOPIA X AS AGENDAS DISTÓPICAS DE HOMOGENEIZAÇÃO E DE ANIQUILAMENTO DO OUTRO**

Para entender esse tensionamento entre dois projetos de sociedade incomunicáveis, trago para esta análise a figura de Ariovaldo, outro personagem emblemático do romance. Integrante da Nova Ordem, ele pensa em elaborar um novo método extrajudicial de tortura que permita capturar informações através dos sonhos dos presos políticos – utopistas. Ele “usaria o sonho do utopista preso para chegar aos seus cúmplices de subversão” (KUCINSKI, 2019, p. 39). Marilda, amiga de Germana – esposa do general Fagundes –, é irmã de Angelino – catador – e esposa de

Ariovaldo. Ariovaldo considera que Angelino é a vergonha da família. Ele é um capitão-médico, integrante do sistema repressivo e censor, trabalha para desenvolver um novo mecanismo de tortura como tentativa de autopromoção dentro do regime; o catador, excluído da sociedade, vê os livros como última possibilidade de superação desse sistema arbitrário e das violências por ele impostas. Ariovaldo está “obcecado pela ideia da captura do conteúdo de um sonho” (KUCINSKI, 2019, p. 51). Os dois personagens representam dois projetos de sociedade antagônicos.

De um lado, os repressores afirmam que o objetivo do regime é barrar a “subversão utopística”. O major Humberto – chefe de Ariovaldo – complementa, num encontro com os demais militares, logo após o assassinato dos “formuladores do pensamento crítico”, que “Defender o sistema financeiro é um dos objetivos nacionais permanentes da Nova Ordem” (KUCINSKI, 2019, p. 59). Os membros e lideranças do regime de exceção têm suas inspirações determinadas. Os ídolos do general Lindoso Fagundes, por exemplo, são o general Augusto Pinochet e o marechal Josef Stalin, nos quais ele enxerga o ideal de poder – soberania-poder absoluto –, que nada mais é do que o poder “de ditar quem pode viver e quem pode morrer” (KUCINSKI, 2019, p. 63). O narrador denomina o general Fagundes como o “Augusto Pinochet da Nova Ordem”. Fagundes cria no imaginário dos seus subalternos a ideia de um inimigo interno, invisível, inserido dentro da sociedade. Esse inimigo interno comum justificaria as medidas violentas e repressivas adotadas pelo regime, tudo isso em prol de um suposto projeto coletivo de libertação da população. Esse é um aspecto comum a muitos projetos políticos totalitários e a líderes autocráticos, inclusive na contemporaneidade.

No romance, as táticas e a conduta dos militares para se livrarem dos corpos revelam a escala de crueldade e de barbaridade do regime de exceção. Trata-se efetivamente do poder soberano determinando arbitrariamente quem vive ou morre. Há diversos programas de execução da necropolítica. O projeto de poder da Nova Ordem engloba deportar “os negros retintos para a África”, expulsar bolivianos e

argentinos, esterilizar mulheres pobres. Essa agenda reflete, nesse sentido, um conjunto de violências que atinge os cidadãos nas esferas pública e privada. Esse regime institucionaliza essas diversas violências, tornando-as diretrizes de Estado. Um exemplo desse movimento é quando Ariovaldo começa a trabalhar no que ele nomeou como plano Alfa. As etapas da tortura são projetadas pelo personagem. Inicialmente, ele fala em exposição do preso político aos horrores do processo de tortura por ele elaborado. Em seguida, passa-se às etapas concretas de tortura em si. A primeira seria injetar no preso uma “injeção do soro da verdade”. Revelando o que sabe, o preso político recebe uma espécie de premiação, se não revela, punição e passagem para a segunda etapa: choque nos órgãos genitais. Na terceira etapa, é estuprada se for mulher ou empalado se for homem. Na etapa seguinte, ameaça e tortura de familiares. E, na última etapa, a execução simulada. O capitão-médico leva então o seu projeto ao major Humberto. Esse procedimento de interrogatório extrajudicial viola expressamente todas as garantias do Estado de direito, os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana. Esse método se serve de práticas de tortura e de execução, comuns em regimes totalitários, no qual não há para o preso ou interrogado nenhuma garantia individual, mas apenas sua redução à categoria de subcidadania.

Uma contradição do sistema repressivo revelada nesse trecho do romance é a de que o personagem sugere ao major os dois nomes de especialistas que poderiam ajudá-lo nesse aperfeiçoamento, mas um está exilado e o outro foi assassinado. Isso demonstra que um regime de exceção como a Nova Ordem executa métodos de extermínio, de apagamento e de silenciamento tão injustificáveis que não é possível compreendê-los sob qualquer via da racionalidade humana. Em nome de um projeto coletivo marcadamente inconsistente, agendas antidemocráticas e reacionárias se sobrepõem a percepções da realidade desenvolvidas sob outros ângulos. No romance, algumas semanas depois, Ariovaldo é promovido a major e Humberto a coronel. O plano de Ariovaldo é então institucionalizado com o objetivo de “combater a subversão utopística, os bandos mascarados e toda ideologia ou

movimento não condizente com a Família e os valores da Nova Ordem” (KUCINSKI, 2019, p. 88). O projeto passa a ser executado não apenas nos interrogatórios, como também nas áreas de ensino, artes, comunicação social e entretenimento. Não é possível determinar exatamente em que momento é exposta a face mais perversa da Nova Ordem, dado que cada prática ou ação do regime é absurda por si só.

Um momento no romance que evidencia esse aspecto é quando Ariovaldo não tem mais cobaias para executar seu plano e pede ao coronel Humberto para recolher pessoas e famílias nas ruas em troca de alguns dias de cama e de comida. Os transportes passam então a chegar ainda de madrugada com as pessoas em situação de vulnerabilidade e de exclusão. Na narrativa, as relações entre os personagens, no tempo e no espaço, são controladas e determinadas pelas medidas institucionais arbitrárias, pela lógica de exclusão das camadas mais baixas e de privilégios de castas das camadas mais altas. Tem, por exemplo, esse espaço institucionalizado que recebe as cobaias humanas pela manhã e a elite da sociedade à noite, uma característica das desigualdades estruturais presentes nessa comunidade. Uns chegam carregando trouxas em meio à sujeira, outros são recebidos após todo um processo de higienização daquele espaço. Aqueles são trazidos para servir a algum interesse da Nova Ordem, enquanto as elites vão ali para participar da vida cultural que a cidade oferece. Os primeiros são descartáveis, os segundos se integram à vida social e cultural. O regime de exceção impõe as poucas possibilidades de experiência humana no dia a dia. “A submissão à autoridade, o desejo de um líder forte, a subserviência do indivíduo ao Estado, e assim por diante, têm sido tão frequentemente e, como parece a nós, corretamente apresentados como aspectos importantes do credo nazista [...]” (ADORNO, 2019, p. 140). Na narrativa, posteriormente, Ariovaldo é promovido a tenente-coronel e nomeado comandante do DOI-CODI. O general Fagundes fala da Operação Cândida para Ariovaldo, que consiste em remover todos os moradores de rua para campos de trabalho, divulgada na mídia como Ação Solidária para mascarar as reais intenções do regime. O general diz ainda mais:

– Será a nossa resposta aos reclamos da população contra as hordas de mendigos que vem infestando as cidades, continua o general. – Campos de reeducação e trabalho no interior, bem longe das cidades; chega de hipocrisia, de se deixar intimidar por essa gente de Genebra e da União Europeia que defende os direitos dos migrantes, mas só na terra dos outros (KUCINSKI, 2019, p. 124).

Esse posicionamento do personagem revela, em síntese, todo um projeto político higienista que sai do âmbito da representação ficcional e alcança nossa história passada e presente. Uma agenda higienista e de sistemática violação dos direitos humanos que expõe a face excludente, racista e classista de parte da classe média e de grupos hegemônicos política e economicamente. Esse projeto de exclusão e marginalização de grupos mais vulneráveis é hoje amplamente defendido na nossa sociedade. Esse processo se dá de diversas formas na atualidade: o mapeamento das cidades é um deles. A quem são destinadas, por exemplo, as favelas e as periferias? A forma como o transporte público é organizado, sobretudo nas grandes cidades, também é outro exemplo desse projeto higienista, desse esquecimento dos grupos considerados menos relevantes para a cidade. Com que frequência e facilidade as pessoas moradoras de áreas periféricas conseguem ter acesso aos produtos culturais, de lazer e de entretenimento localizados nos centros e nas áreas mais nobres das cidades? Esses são apenas alguns exemplos de como esse projeto se dá no nosso dia a dia, nas nossas democracias (RANCIÈRE, 2014). Ele ganha ênfase quando projetos políticos como o de Jair Bolsonaro ascendem ao poder, na medida em que representam grupos e interesses que não têm qualquer compromisso social, não respeitam nem participam de acordos internacionais ou no próprio país a fim de amenizar essas desigualdades e injustiças. Agendas como o bolsonarismo estão preocupadas com uma rede de proteção de uma homogeneidade abertamente estabelecida.

*A nova ordem* é, nesse sentido, uma abertura para que reflitamos sobre a erosão dos valores democráticos na realidade brasileira. O descompromisso de muitos

setores da nossa sociedade com princípios como igualdade, dignidade humana e com elementos fundamentais do Estado democrático de direito como a cidadania. Esse romance tece a representação literária de uma realidade distópica, alienada e irracional, controlada em cada aspecto das relações humanas nos âmbitos público e privado. O obscurantismo, a violência e as diversas formas de manifestação do preconceito se aproximam do perfil do cidadão médio brasileiro, fato que evidencia que o desejo antidemocrático, reacionário e fundamentalista também constitui a identidade do país. Esses aspectos traduzem a formação patriarcal, racista e imperialista de muitos à nossa volta. Nessa sociedade distópica, o autoritarismo velado e o permanente desejo de dominação econômica das elites determinam de que forma se dão todas as estruturas de poder. Esses grupos atuam em torno da ascensão de uma nova ordem necessária aos anseios de dominação econômica e social. *A nova ordem* é então um sintoma social, é uma obra literária que trabalha com características e processos da censura, da violência, da perseguição, da implementação do estado de exceção e das diferentes formas de dominação na agenda política de uma coletividade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance de B. Kucinski possibilita diversas reflexões em torno dos movimentos antidemocráticos no Brasil, especialmente esses mais recentes. É uma obra que trata desses espaços de cerceamento, de exclusão e de marginalização do indivíduo, na realidade brasileira, e que podem ser analisados por meio das concepções de biopolítica de Foucault, de vida nua e *homo sacer* de Agamben e de necropolítica-necropoder de Mbembe. Essas são categorias que não precisam e não devem ser tratadas como excludentes entre si, mas, ao contrário, como formas complementares cujo objetivo é analisar as atuais práticas e os mecanismos de dominação e de silenciamento no Brasil – nos diversos espaços da sociedade: instituições, igreja, bairro, família, mídia tradicional, redes sociais. A articulação entre essas categorias permite compreender de forma mais ampla as dinâmicas

de exclusão, de violências e as bases autoritárias que rodeiam nossa estrutura de Estado. Afinal, a extrema direita no Brasil se destacou nos últimos anos a partir da manipulação dos discursos das técnicas de racionalidade voltadas à gestão da vida – biopolítica –, expandindo e legitimando zonas de exceção onde determinadas identidades, corpos e sujeitos são reduzidos à vida nua, quer dizer, sem proteção jurídica, num contexto de sistemática violação de direitos fundamentais e expostos à violência arbitrária, inclusive de forças público-estatais. Essa é uma zona do não reconhecimento como sujeito de direitos, do não cidadão. Configura-se sob um tecido social capaz não apenas de gerir a vida, mas igualmente administrar e distribuir a morte – necropolítica e necropoder.

Na nossa conjuntura sociopolítica das décadas de 2010 e 2020, o estado de exceção não tem se manifestado, até aqui, através da completa ruptura com o sistema democrático nem por meio da total dissolução da separação de poderes. Embora esse desejo persista por parte de alguns setores da sociedade, como se verificou nos atos golpistas de 8 de janeiro. Mas, meu objetivo, neste ponto, é apontar que há essencialmente uma nova ordem que procura reduzir a humanidade das pessoas consideradas inimigas da agenda antidemocrática e reacionária, que retira nossas possibilidades de sonhar e de pensar o futuro. Trata-se de um cenário manifestadamente distópico que tem se reinstaurado na nossa sociedade, no sentido de que ele não só visa limitar ou suspender direitos assegurados pelo Estado democrático de direito, mas também afetar nossas subjetividades (BROWN, 2019), anular nossos espaços de sociabilidade e de construção de relações socioafetivas com o outro, a pluralidade de pensamentos e de experiências. Essa nova ordem é antidemocrática, fundamentalista e reacionária. Ela se revela em elementos do nosso passado autoritário e escravagista, sustentando-se igualmente em problemas sociais da nossa realidade como a desigualdade e a miséria e em medos reais e imaginários da nossa população.

Essa nova ordem se fortalece num cenário que se destaca pela ignorância, desinformação, violência e por retirar do cidadão qualquer projeção de vida para o futuro, na medida em que ela subtrai algo basilar da conduta humana, a capacidade

de sonhar. Nesse sentido, a literatura – a ficção –, como expressão do sintoma social, responde a essa realidade distópica (MOYLAN, 2000), expondo-a e revelando os aspectos mais sutis e perigosos dessa ordem engendrada no corpo social. A representação literária desse sintoma gera conosco um compromisso ao ponto de não esquecê-lo, não deixá-lo de lado. É preciso combater esse sintoma autoritário, encontrar o tratamento adequado. A literatura funciona aqui como uma ressonância desse tecido social precarizado, fragmentado e que aos poucos precisa receber estímulos com o intuito de retomar a estabilidade e o funcionamento de seus órgãos. São os próprios atores políticos e sociais, é verdade, que precisam buscar o melhor tratamento para esse sintoma, cada um no seu campo de atuação: direito, política, educação, movimentos sociais, partidos políticos. Mas a literatura pode ter esse papel de tradução da nossa inquietação, das nossas incertezas, das contradições humanas, dos vazios deixados pelas tentativas de respostas pela história, pelo direito ou por outros tantos campos que tentam recorrentemente compreender esses fenômenos sociais. Nesse sentido, tentei demonstrar que a literatura também tem se utilizado de suas ferramentas para responder a esse movimento distópico da realidade concreta. Ela pode ser entendida como um diagnóstico, responsável por revelar um corpo social doente, infectado por sintomas do autoritarismo, do fascismo e dos Estados totalitários do passado. O texto literário é propositivo, incomoda, expõe nossas limitações. Mas também é capaz de apontar para as janelas por onde podemos retomar nossa capacidade de enxergar o futuro adiante. É, portanto, nesse abrir das janelas e deixar o vento circular por entre esse espaço sufocante que o texto literário pode contribuir significativamente.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Tradução de Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. 2. reimpr. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. 11. reimpr. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. Apresentação. In: ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Tradução de Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

ECO, Umberto. O fascismo eterno. In: ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. Tradução de Eliana Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KUCINSKI, Bernardo. **A nova ordem**. São Paulo: Alameda, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOYLAN, Thomas. **Scraps of the untainted sky**: science fiction, utopia, dystopia. Boulder: Westview Press, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

SILVA, Carlos Wender Sousa. **A literatura como ferramenta estética e ética diante de realidades antidemocráticas e distópicas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021.

## Contribuição de Autoria

### 1 – Carlos Wender Sousa Silva<sup>1</sup>

Doutorando em Direito na Universidade de Brasília.

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0001-8955-4023> • [sousasilvabr@gmail.com](mailto:sousasilvabr@gmail.com)

Contribuição: Conceituação, Metodologia, Escrita – revisão e edição.

### Conflito de Interesses

*Os autores declararam não haver conflito de interesses.*

<sup>1</sup> Este artigo foi finalizado no âmbito do Programa Abdias Nascimento – CAPES

**Direitos Autorais**

*Os autores dos artigos publicados pela Lit&Aut/UFSM mantêm os direitos autorais de seus trabalhos.*

**Verificação de Plágio**

*A Lit&Aut/UFSM mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como por exemplo: Turnitin.*

**Editora-chefe**

*Rosani Ketzer Umbach*

**Como citar este artigo**

SILVA, C. W. S. Uma nova ordem e a ascensão de uma agenda política com aspectos do autoritarismo, do neofascismo e do Estado de exceção: entre o velho e o novo. **Literatura e Autoritarismo**, n. 45, e89402, 2026. DOI: 10.5902/1679849X89402. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/89402>. Acesso em: 22 jun. 2026.